

**EMPREGO E OCUPAÇÃO:
ALGUMAS EVIDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO
DO MERCADO DE TRABALHO POR
GÊNERO NA GRANDE SÃO PAULO –
1988/1995***

I. INTRODUÇÃO

Uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, desde os anos 70, foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Entre as razões comumente apontadas para isto, está a necessidade econômica - a deterioração dos salários reais pode ter obrigado as mulheres a buscar uma complementação para a renda familiar. Evidentemente, isto era facilitado pela existência de um maior número de vagas disponíveis, possibilitado pelo grande ritmo de expansão da economia verificado naquela época.

Além disso, não se pode deixar de mencionar que as mudanças nos valores relativos ao papel social da mulher, devido à pressão dos movimentos feministas, contribuíram para o aumento da oferta de trabalhadoras. Isto pode ter permitido que, mesmo durante a crise dos anos 80, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tenha persistido.

Contudo, a inserção feminina no mercado de trabalho tem-se caracterizado pela sua clara desvantagem em relação aos homens, tanto em termos de rendimentos quanto em termos da qualidade do emprego. Ao mesmo tempo, verifica-se que as mulheres trabalhadoras têm-se concentrado em poucas ocupações [Bruschini (1994)].

No final dos anos 80, o Brasil, dentro de um contexto mundial marcado pela globalização e pela liberalização econômica, começou a adotar uma política de abertura comercial; isto fez com que várias empresas, principalmente as dos setores mais modernos, para enfrentar a concorrência externa, iniciassem uma reestruturação de sua base produtiva e uma mudança nos seus métodos organizacionais e gerenciais, de modo a aumentar a sua produtividade e eficiência. Tal processo tem-se caracterizado, entre outras coisas, pelo advento de inovações tecnológicas, pela diminuição de níveis hierárquicos, pela terceirização e pela participação mais ativa do trabalhador na definição dos métodos de trabalho. Diante disso, está aumentando a demanda por uma mão-de-obra com maior capacidade de identificar e resolver problemas, trabalhar em equipe e entender o que se passa no empreendimento como um todo.

Esse processo tem trazido vários impactos sobre o mercado de trabalho: sob o ponto de vista quantitativo, nos setores mais modernos, não se tem criado empregos na quantidade necessária e têm-se destruído vários postos de trabalho intermediários; sob o ponto de vista qualitativo, boa parte dos novos empregos, gerados principalmente no setor terciário, podem ser considerados precários⁴⁰. A tendência parece ser de que os empregos de melhor qualidade sejam destinados aos trabalhadores com maior grau de escolaridade e mais experientes, pois estes, em tese, se encaixam melhor no perfil atualmente procurado pelas empresas.

O principal objetivo deste estudo é verificar o impacto que as transformações descritas acima exerceram sobre a ocupação feminina na Grande São Paulo, entre 1988 e 1995, a fim de verificar se houve alguma alteração nas características do mercado de trabalho segundo o gênero. Para isto, serão utilizadas as informações de distribuição setorial do emprego, idade, escolaridade e rendimento dos trabalhadores, fornecidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, do Convênio Fundação SEADE/DIEESE.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO NA GRANDE SÃO PAULO

O número total de ocupados na Grande São Paulo, segundo a tabela 1, aumentou 13,5% entre 1988 e 1995; no entanto, a análise desagregada desses dados mostra que a ocupação feminina elevou-se em 21,2%, taxa bem supe-

rior ao crescimento apresentado pelos homens, que foi de apenas 8,7%. Em outros termos, dos 844 mil novos empregos gerados no período analisado, 507 mil, ou seja, 60% do total, foram ocupados por mulheres; isto se refletiu no aumento da participação feminina no mercado de trabalho, de 38,2% para 40,8%.

Quanto à idade dos trabalhadores, observou-se uma elevação ao longo do período considerado; a tabela 2 mostra que a proporção dos ocupados com até 24 anos, caiu de aproximadamente 30% para 26%; já os de 25 a 39 anos mantiveram sua posição estável em torno de 42%, enquanto que aqueles com 40 anos ou mais aumentaram seu espaço no mercado de trabalho, principalmente os que estão localizados na faixa de 40 a 59 anos, cuja participação se elevou de 23,7% para 27,6%.

Tabela 1
Estimativa do número de ocupados na grande São Paulo por gênero

Anos	Total	Homens	Mulheres	(Em mil)
1988	6271	3875	2396	
1990	6424	3951	2473	
1994	6849	4096	2753	
1995	7115	4212	2903	

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Ao se estratificar essas informações por gênero, verifica-se que a tendência de aumento da idade média dos ocupados é mais acentuada para as mulheres. Enquanto a proporção dos homens com até 24 anos decresceu cerca de quatro pontos percentuais (de 28,9% para 25%), a participação de mulheres trabalhadoras da mesma faixa etária caiu, aproximadamente, seis pontos (de 33,2% para 27,3%). Já entre os trabalhadores com 40 a 59 anos, o percentual de homens ocupados cresceu em torno de 4 pontos (24,8% para 28,7%) enquanto o de mulheres subiu um pouco mais (de 21,8% para 26,1 %, ou seja, 4,3 pontos).

Apesar disso, a idade média das mulheres ocupadas ainda é inferior à dos homens, embora este quadro pareça estar se alterando: em 1988, 33% das mulheres ocupadas e 29% dos homens tinham menos de 24 anos, enquanto em 1995, 27% das mulheres e 25% dos homens estavam nessa faixa etária.

Deste modo, tudo parece indicar que a experiência está se tornando um importante atributo para admissão do trabalhador e que este fenômeno, que era mais visível para os homens, começa a atingir também as mulheres. É bom lembrar, entretanto, pois sabe-se que a população brasileira tem envelhecido, fato que, naturalmente, influenciou os resultados encontrados.

Tabela 2
Distribuição dos ocupados, por idade
Grande São Paulo

Faixa etária	19888	1990	1994	(Em %) 1995
TOTAL				
10 a 14 anos	2,0	1,8	1,4	1,5
15 a 17 anos	6,1	5,6	4,6	5,1
18 a 24 anos	22,5	21,6	20,0	19,7
25 a 39 anos	42,5	42,7	43,2	42,5
40 a 59 anos	23,7	23,6	27,0	27,6
60 anos e mais	3,2	3,4	3,8	3,7
HOMENS				
10 a 14 anos	2,2	2,1	1,5	1,6
15 a 17 anos	5,6	5,3	4,5	5,1
18 a 24 anos	21,1	20,0	18,9	18,8
25 a 39 anos	42,4	42,4	42,6	41,4
40 a 59 anos	24,8	26,0	27,9	28,7
60 anos e mais	3,9	4,2	4,6	4,5
MULHERES				
10 a 14 anos	1,8	1,4	1,4	1,3
15 a 17 anos	6,8	6,1	4,6	5,1
18 a 24 anos	24,6	24,1	21,6	20,9
25 a 39 anos	42,8	43,3	44,1	44,1
40 a 59 anos	21,8	22,5	25,6	26,1
60 anos e mais	2,2	2,6	2,7	2,5

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Quanto ao grau de escolaridade dos ocupados na Grande São Paulo, a tabela 3 mostra que, entre 1988 e 1995, houve uma forte redução na participação dos trabalhadores que não concluíram as quatro primeiras séries do 1º grau, e também acentuada elevação do percentual de ocupados que possuem pelo menos o segundo grau: enquanto que a participação dos trabalhadores com o segundo grau completo saltou de 11,8% para 16,4%, e a daqueles com o terceiro grau completo subiu de 8,6% para 12,3%, a porcentagem de analfabetos reduziu-se em um ponto percentual, e a daqueles com grau de escolaridade até a 4ª série caiu quase oito pontos, passando de 35% para 27,1%.

Um estudo feito por Alves e Soares (1996) concluiu que o fenômeno descrito no parágrafo anterior está fortemente associado com o novo perfil da demanda de mão-de-obra determinado pelo processo de modernização da produção, e que essas alterações só não foram maiores porque, como será visto adiante, o setor de serviços, onde a exigência de qualificação é menor, foi capaz de gerar uma quantidade de empregos suficiente para compensar a destruição de postos de trabalho na indústria.

A mudança, já citada acima, no perfil de escolaridade dos ocupados afetou tanto as mulheres quanto os homens; no caso das primeiras, a proporção das que possuem o segundo grau completo subiu cinco pontos percentuais (de 13,4% para 18,4%) e a daquelas com o terceiro grau completo elevou-se de 9,6% para 14,1%. Quanto aos últimos, a participação aumentou de 10,8% para 15,1 %, e de 7,9% para 11 %, respectivamente.

Tabela 3

Distribuição dos ocupados por gênero e grau de instrução
Grande São Paulo

				Escolaridade						(Em %)
	Total	Analfa- beto	Até a 4ª série	1º grau incom- pleto	1º grau com- pleto	2º grau incom- pleto	2º grau com- pleto	3º grau incom- pleto	3º grau com- pleto	
1998	T	100	6,1	35,0	18,0	11,4	5,4	11,8	3,7	8,6
	H	100	5,6	36,8	18,8	11,6	4,9	10,8	3,6	7,9
	M	100	6,9	32,2	16,8	11,1	6,1	13,4	3,8	9,6
1995	T	100	4,9	27,1	15,8	12,2	6,8	16,4	4,4	12,3
	H	100	5,0	28,7	17,0	12,5	6,5	15,1	4,2	11,0
	M	100	4,8	24,8	14,2	11,8	7,2	18,4	4,7	14,1

Ronote: SEP. Convénio SEADE-DIEESE.

A tabela 3 revela um fato interessante: tanto em 1988 quanto em 1995, a proporção dos homens ocupados que possuem no máximo o 1º grau completo foi superior à das mulheres e o oposto ocorreu entre os trabalhadores mais escolarizados. Tal resultado permite afirmar que a mão-de-obra feminina é mais escolarizada que a masculina.

Pode-se concluir, enfim, que o mercado de trabalho está criando mais oportunidades para trabalhadores com maior grau de escolaridade. O fato das mulheres ocupadas serem mais escolarizadas do que os homens poderia significar que as primeiras são mais exigidas quanto a este atributo; isto, contudo, não é necessariamente verdade, visto que, raciocinando pelo lado da oferta, pode-se pensar que as mulheres com maior grau de instrução são as que mais procuram trabalho fora de casa, dadas as suas maiores possibilidades de obter um salário maior que compense os gastos necessários para suprir sua saída do lar (creche, etc.) [Bruschini (1994)].

3. MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO

A tabela 4 mostra que a distribuição dos ocupados por setor de atividade⁴¹, na Grande São Paulo, sofreu grandes mudanças no período em análise: enquanto em 1988 cerca de um terço dos trabalhadores (32,1%) estavam no setor industrial, em 1995, esta proporção caiu para um quarto (24,9%) do total. Por outro lado, o setor de serviços ampliou sua participação de 44,5% para 50,3%, e o comércio, de 14,1% para 17%, enquanto que a participação da construção civil praticamente não sofreu alteração.

Na indústria, a perda de postos de trabalho foi maior nos ramos modernos, cuja participação no total dos ocupados caiu de 18,5% para 13,3%, enquanto no ramo tradicional esse percentual passou de 13,6% para 11,5%.

Já no setor de serviços, os subsetores que mais geraram oportunidades de trabalho foram os de serviços pessoais - que oferta, em geral, postos de trabalho de baixa qualidade -, cuja parcela no total dos ocupados aumentou em três pontos percentuais (de 19,5% para 22,5%) - e os subsetores produtivos e sociais (onde a qualidade dos postos de trabalho é melhor), cujas participações se elevaram, respectivamente, em 1,5 ponto (de 14,2% para 15,7%) e 1,8 ponto (de 7,2 % para 9%). A única perda de participação relativa se deu no subsetor governo, que apresentou uma redução de 0,6 ponto (de 3,6% para 3%), o que se deve provavelmente às políticas de enxugamento da máquina estatal que vêm sendo adotadas.

Tabela 4

Distribuição dos ocupados por setor de atividade
Grande São Paulo

Setor de atividade	1988	1990	1994	1995	(Em %)
Indústria	32,1	31,2	25,4	24,8	
Moderna	18,5	18,1	13,4	13,3	
Tradicional	13,6	13,1	12,0	11,5	
Construção Civil	5,8	5,0	5,1	4,9	
Comércio de Mercadorias	14,1	16,0	16,9	17,0	
Serviços	44,5	44,5	49,6	50,3	
Produtivos	14,2	15,4	16,0	15,7	
Governo	3,6	3,6	3,4	3,0	
Pessoais	19,5	17,9	21,5	22,5	
Sociais	7,2	7,7	8,8	9,0	
Outros	3,5	3,3	3,1	3,0	

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Assim, pode-se dizer que o setor de serviços, por enquanto, tem conseguido criar uma quantidade de vagas que estão compensando, pelo menos em parte, a destruição de postos de trabalho que tem ocorrido na indústria, embora, em muitos casos, isto ocorra em prejuízo da qualidade do emprego gerado.⁴²

Quanto à distribuição das ocupações por gênero, observa-se pela tabela 5 que a concentração da ocupação feminina no setor terciário é bem maior do que a masculina e, mais do que isto, que esta tendência se acentuou ao longo do período analisado.

Tabela 5
Distribuição dos ocupados por setor de atividade e gênero
Grande São Paulo

Setor de atividade	1988	1990	1994	1995	(Em %)
HOMENS					
Indústria	36,4	35,5	29,8	28,9	
Moderna	23,9	23,4	17,9	17,7	
Tradicional	12,5	12,2	11,9	11,2	
Construção Civil	9,0	7,7	8,1	8,0	
Comércio de Mercadorias	14,6	16,4	17,8	18,0	
Serviços	36,3	37,0	41,5	42,1	
Produtivos	16,5	17,5	18,9	18,7	
Governo	3,7	3,7	3,4	3,1	
Pessoais	13,4	12,8	15,7	16,8	
Sociais	2,7	3,0	3,5	3,5	
Outros	3,7	3,3	2,9	3,1	
MULHERES					
Indústria	25,1	24,5	18,9	18,9	
Moderna	9,9	9,9	6,8	7,0	
Tradicional	15,3	14,6	12,1	11,9	
Construção Civil	0,6	0,7	0,6	0,5	
Comércio de Mercadorias	13,4	15,3	15,6	15,6	
Serviços	57,7	56,4	61,6	62,1	
Produtivos	10,5	12,0	11,6	11,5	
Governo	3,4	3,3	3,4	2,9	
Pessoais	29,3	25,9	30,1	30,7	
Sociais	14,5	15,1	16,6	17,0	
Outros	3,2	3,1	3,3	3,0	

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Pode-se observar, também, que os impactos das transformações do mercado de trabalho têm sido diferenciados; na indústria, por exemplo, a proporção de mulheres ocupadas caiu menos do que a de homens. Ao mesmo

tempo, no primeiro grupo, essa queda foi mais forte no ramo tradicional (de 15,3% para 11,9%), enquanto que, no segundo, ela foi maior no ramo moderno, cuja proporção de ocupados caiu em cerca de seis pontos percentuais.

Já no setor serviços, a presença masculina elevou-se mais do que a feminina; a análise feita por subsetores revela que a proporção de homens ocupados subiu mais nos serviços pessoais (de 13,4% para 16,8%) e nos produtivos (de 16,5% para 18,7%), e a de mulheres, no subsetor social (de 14,5% para 17%) e no pessoal (de 29,3% para 30,7%). Além disso, o peso da ocupação no governo diminuiu para ambos os grupos em cerca de 0,5 ponto percentual.

No setor de comércio de mercadorias, a proporção das mulheres ocupadas cresceu 2,2 pontos percentuais (de 13,4% para 15,6%), ritmo este menor do que o registrado para os homens, cujo crescimento foi de 3,4 pontos (de 14,6% para 18,0%).

Tudo isto está alterando a distribuição segundo o gênero nos setores de atividade. A tabela 6 mostra que as mulheres passaram a representar mais da metade dos trabalhadores inseridos no setor serviços (sua participação aumentou de 49,6% para 50,6%), e, dentro dele, mantiveram o seu amplo predomínio no subsetor social e no pessoal. Elas também aumentaram sua participação na indústria moderna e no setor comércio, embora tenham continuado minoritárias. Em outras palavras, apesar da ocupação feminina ainda ser bastante concentrada, e justamente onde os empregos são de menor qualidade, elas têm ampliado seu espaço nos setores mais modernos da economia⁴³.

Tabela 6
Distribuição intra-setorial dos ocupados por setor de atividade
Grande São Paulo

	(Em %)										
	Sub-total	Mo- derna	Tradi- cional	Constr.	Comerc.	Sub- total	Produc- tivos	Serviços	Pes- soal	Social	Outros
H											
1988	70,1	79,6	57,1	96,1	64,0	50,4	71,7	63,8	42,5	23,4	65,6
1995	68,9	78,6	57,6	95,9	62,6	49,6	70,2	60,9	44,4	22,7	60,2
M											
1988	29,9	20,4	42,9	3,9	36,0	49,6	28,3	36,2	57,5	76,6	34,4
1995	31,1	21,4	42,4	4,1	37,5	50,4	29,8	39,1	55,6	77,3	39,8

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Os dados da tabela 7 revelam significativas alterações no grau de escolaridade dos trabalhadores empregados no setor industrial, principalmente em favor daqueles que possuem o segundo e o terceiro grau completo: no caso dos homens, o aumento do número de ocupados com segundo grau completo foi de 4,9 pontos percentuais e o daqueles com o terceiro grau completo foi de 2,5 pontos, enquanto que na outra ponta a proporção dos que possuem até a 4ª série do primeiro grau caiu mais de oito pontos; para as mulheres, estas variações foram praticamente as mesmas.

No setor moderno da indústria, o peso relativo dos ocupados com níveis mais altos de escolaridade aumentou de modo expressivo: os que possuem o segundo grau completo tiveram sua participação acrescida de 6,6 e 5,6 pontos percentuais, respectivamente para as mulheres e para os homens, enquanto que para os trabalhadores com até a quarta série do primeiro grau esta redução representou 9,1 pontos para os homens e 7,2 pontos para as mulheres.

No setor tradicional, a participação dos ocupados mais escolarizados (principalmente daqueles com segundo e terceiro grau completos) também aumentou, embora numa magnitude menor do que ocorreu no setor moderno. As informações por gênero mostram que isto aconteceu de modo mais forte entre as mulheres: a proporção daquelas que tinham até a 4ª série do primeiro grau reduziu-se em quase 10 pontos percentuais, e a das que tinham o segundo grau completo aumentou em 7 pontos.

Tabela 7

Ocupados no setor industrial por gênero e grau de instrução
Grande São Paulo

(Em %)

	Sexo	Total	Analfa-beto	Escolaridade						
				Até a 4ª série	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	3º grau incompleto	3º grau completo
Indústria										
Total										
1998	H	100	4,3	35,4	20,6	13,3	4,8	10,6	3,6	7,3
	M	100	3,9	32,3	23,6	12,8	6,5	12,0	3,1	5,8
1995	H	100	3,6	27,0	18,5	14,3	7,0	15,5	4,2	9,8
	M	100	3,0	23,9	18,2	15,2	8,2	18,7	4,2	8,7
Moderna										
1988	H	100	4,2	35,1	19,8	13,0	5,0	11,1	3,8	7,9
	M	100	(1)	24,7	20,5	13,6	8,1	17,4	(1)	7,9
1995	H	100	3,1	26,0	17,2	14,8	7,0	16,7	4,4	10,8
	M	100	(1)	17,5	14,9	14,0	8,7	24,0	(1)	11,8
Tradicional										
1988	H	100	4,6	36,0	22,3	13,8	4,5	9,6	3,1	6,1
	M	100	4,2	37,3	25,7	12,2	5,4	8,6	(1)	4,4
1995	H	100	4,2	28,8	20,6	13,6	7,1	13,6	4,0	8,1
	M	100	(1)	27,7	20,0	15,9	7,9	15,6	(1)	6,8

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em síntese, os dados mostram que a ocupação no setor industrial está cada vez se caracterizando pelo maior nível de escolaridade dos trabalhadores, principalmente no ramo moderno, onde o ritmo da modernização produtiva é mais veloz. Isto tem se observado de forma mais visível para as mulheres, tanto nos ramos mais modernos da indústria quanto nos mais tradicionais.

No setor serviços isto também ocorre; segundo as informações contidas na Tabela 8, o percentual de mulheres empregadas com níveis maiores de escolaridade é um pouco superior ao de homens. No entanto, dada a sua grande heterogeneidade das atividades nele contidas, faz-se necessária uma descrição mais detalhada do que está acontecendo.

Serviços ocupados por gênero e grau de instrução
Grande São Paulo

(Em %)

	Sexo	Total	Escolaridade								
			Analfa-	Até a	1º	1º	2º	2º	3º	3º	
				4ª	grau	grau	grau	grau	grau	grau	
Indústria											
Total											
1998	H	100	4,0	33,1	17,1	11,3	6,0	12,6	4,6	11,2	
	M	100	8,6	33,5	12,9	8,9	5,2	13,7	4,4	12,9	
1995	H	100	3,8	25,3	15,1	12,1	6,7	16,8	4,9	15,3	
	M	100	5,6	26,0	12,2	9,9	5,8	17,4	5,1	17,9	
Produtivos											
1988	H	100	2,3	27,2	15,1	11,8	7,4	16,1	6,1	14,0	
	M	100	(1)	9,8	7,1	12,3	11,7	28,5	10,2	18,7	
1995	H	100	2,8	20,9	12,7	11,8	7,2	18,9	6,3	19,3	
	M	100	(1)	5,4	4,7	8,3	9,7	31,8	11,6	27,3	
Governo											
1988	H	100	(1)	25,7	9,3	13,8	(1)	18,4	(1)	15,6	
	M	100	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	24,7	(1)	29,6	
1995	H	100	(1)	13,1	(1)	11,4	(1)	27,0	(1)	23,7	
	M	100	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	28,8	(1)	42,2	
Sociais											
1988	H	100	(1)	21,1	(1)	(1)	(1)	12,9	(1)	34,3	
	M	100	(1)	17,7	9,7	10,0	5,9	20,3	6,6	28,3	
1995	H	100	(1)	14,6	(1)	9,9	(1)	14,4	(1)	40,2	
	M	100	(1)	9,9	5,8	11,6	5,7	23,4	6,9	35,6	
Pessoais											
1988	H	100	7,1	45,0	22,9	10,5	4,1	6,7	(1)	(1)	
	M	100	15,5	52,4	17,1	7,0	2,3	3,7	(1)	(1)	
1995	H	100	5,6	34,5	20,6	13,0	6,5	13,1	2,5	4,3	
	M	100	10,3	44,5	19,5	9,8	4,6	7,7	(1)	2,2	

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No subsetor produtivo, por exemplo, a participação das mulheres com o segundo grau completo subiu 3,3 pontos (de 28,5% para 31,8%) e das com o terceiro grau completo, 8,6 pontos (de 18,7% para 27,3%); enquanto que a participação dos homens, com o mesmo grau de escolaridade, aumentou 2,8 pontos (de 16,1% para 18,9%), e 5 pontos (de 14% para 19%), respectivamente.

No subsetor governamental, a participação das mulheres com terceiro grau completo, no total dos ocupados, cresceu 12,6 pontos percentuais (de 23,7% para 42,2%), enquanto que, para os homens, este acréscimo foi de 8,1 pontos.

O subsetor pessoal, como foi visto anteriormente, é predominantemente formado por trabalhadores do sexo feminino (tabela 6), e se distingue por empregar a maior quantidade de mão-de-obra não qualificada (mais da metade dos ocupados conseguiram, no máximo, concluir a quarta série do primeiro grau). Cabe ressaltar que, embora majoritárias, as mulheres têm perfil de escolaridade inferior ao dos homens.

Inversamente, é no subsetor social, que abrange as profissões ligadas à educação, saúde, assistência social, etc., que se observa a maior proporção de trabalhadores com alto nível educacional em relação aos demais subsetores: em 1995, por exemplo, 40,2% da mão-de-obra masculina e 35,6% da feminina, nele empregados, tinham o terceiro

grau completo. Para os demais graus de escolaridade, a evolução da distribuição dos ocupados deu-se da seguinte maneira: a participação dos trabalhadores com até a quarta série caiu em 6,5 pontos percentuais para os homens e 7,8 pontos para as mulheres; enquanto que o crescimento da participação dos que concluíram o curso superior foi de 5,9 pontos para eles e 7,3 para elas.

O setor de comércio de mercadorias, como mostra a tabela 9, também apresenta um crescimento da participação dos trabalhadores com mais escolaridade. Isto torna-se mais claro quando se constata que a proporção das mulheres com segundo grau completo, por exemplo, aumentou em 3,3 pontos percentuais, entre 1988 e 1995, e a de homens em quase 5 pontos.

Tabela 9
Comércio de mercadorias ocupados por sexo e grau de instrução
Grande São Paulo

(Em %)												
Escalaridade												
			Sexo	Total	Analfabeto	Até a 4ª série	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	3º grau incompleto	3º grau completo
1998	H	100	4,9	35,0	22,8	12,9	5,2	11,5	3,1	4,6		
	M	100	4,5	26,2	21,5	18,0	9,3	14,1	(1)	(1)		
1995	H	100	4,1	27,2	19,9	13,9	7,9	16,4	4,0	6,7		
	M	100	(1)	26,0	12,2	9,9	5,8	17,4	5,1	17,9		

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Portanto, observa-se que o grau de escolaridade está se tornando um atributo importante para se conseguir empregos de melhor qualidade, tanto na indústria quanto dentro do setor serviços, e que isto é mais marcante para as mulheres.⁴⁴

Como conclusão, pode-se dizer que, de fato, a modernização produtiva tem implicado na destruição de postos de trabalho no setor industrial, particularmente nos ramos mais modernos, e um concomitante aumento da quantidade deles no setor serviços, e, em menor escala, no setor comércio. As informações por gênero mostraram que os homens têm migrado mais para o subsetor pessoal, que oferece, normalmente, empregos de baixa qualidade, enquanto que as mulheres encaminharam-se mais para o subsetor social. Porém, a inserção feminina no mercado de trabalho continua a se fazer em empregos de pior qualidade do que os dos homens.

4. RENDIMENTO DOS OCUPADOS, HORAS TRABALHADAS E GRAU DE ESCOLARIDADE POR GÊNERO

A análise das estatísticas sobre rendimentos dos trabalhadores por grau de escolaridade que constam na tabela 10 mostra que o rendimento médio real dos homens é superior ao das mulheres; esta diferença era, em 1988, especialmente alta entre os ocupados com níveis educacionais mais baixos - que inclui desde os analfabetos até aqueles que concluíram o primeiro grau - e entre aqueles com o terceiro grau completo. Nestes grupos, o rendimento médio feminino representava menos da metade do masculino.

Entre 1988 e 1995, observou-se uma queda do rendimento de todos os trabalhadores. Porém, sua magnitude foi maior para os homens do que para as mulheres, principalmente entre os ocupados com níveis mais baixos de escolaridade (utilizando a mesma definição do parágrafo anterior), o que acabou se refletindo numa diminuição do diferencial das remunerações por gênero. Este diferencial, contudo, manteve-se em um patamar elevado.

Diversos estudos abordaram a questão da diferenciação de rendimento por gênero. Um estudo da Fundação SEADE (1996), por exemplo, atribui sua existência ao fato de que a ocupação feminina concentra-se em poucos setores e atividades da economia (e justamente os que pagam menos), e, ao mesmo tempo, situa-se em posições de pouca importância nas empresas, o que faz com que as mulheres tendam a ganhar menos do que os homens⁴⁵; estes dois fenômenos são conhecidos como segregação horizontal e segregação vertical⁴⁶. O mesmo estudo também mostra que, mesmo entre trabalhadores que desempenham funções que exijam níveis de escolaridade semelhantes, a remuneração das mulheres é, em média, 40% inferior à dos homens.

Bruschini (1995) menciona que o baixo nível de sindicalização das trabalhadoras, assim como o menor poder de negociação da maior parte dos sindicatos ligados a ramos do terciário, onde as mulheres estão mais concentradas, também é uma justificativa para a diferenciação de rendimentos por gênero⁴⁷.

Tabela 10
Rendimento médio real por gênero e grau de instrução
Grande São Paulo
Rendimento médio real

(Em R\$)										
Escolaridade										
		Total	Analfa-beto	Até a 4ª série	1º grau inc.	1º grau comp.	2º grau inc.	2º grau comp.	3º grau inc.	3º grau comp.
1998	Total	1120	464	740	718	1058	1002	1576	1931	3285
	Homens	1378	606	930	878	1322	1272	2006	2367	4262
	Mulher	724	290	409	440	629	653	1049	1290	2107
	M/H	0,53	0,48	0,44	0,50	0,48	0,51	0,52	0,55	0,49
1995	Total	826	321	491	487	645	594	986	1212	2251
	Homens	1006	393	617	539	800	748	1247	1524	2986
	Mulher	577	219	291	313	419	397	691	829	1495
	M/H	0,57	0,56	0,47	0,53	0,52	0,53	0,55	0,54	0,50

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Inflator utilizado: ICV do DIEESE. Valores em reais de Janeiro de 1996.

Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Cabe alertar que o processo de modernização produtiva pode, em certos casos, atenuar a segregação por gênero; como mostra Abramo (1995), o uso cada vez maior da automação nas linhas de montagem reduz a quantidade de tarefas que necessitam de força física e que tenham alta periculosidade, permitindo, assim, que as mulheres possam exercer determinadas funções às quais elas não tinham acesso anteriormente. Por outro lado, as características consideradas tipicamente femininas, como maior flexibilidade, maior interesse nas relações humanas e menor dissociação entre o trabalho e a vida familiar; passaram a ser privilegiadas pelas empresas, que, assim, começaram a abrir mais espaços para elas nos escalões mais elevados da hierarquia⁴⁸.

Entretanto, a autora pondera que os efeitos positivos desse processo não ocorrem de forma direta e dependem de dois fatores: primeiro, das distintas estratégias e trajetórias das inovações tecnológicas e da política de recursos humanos seguida pelas empresas; segundo, da capacidade de atuação política do movimento sindical e das associações de valorização dos direitos femininos.

O adicional de rendimento para cada grau de escolaridade, expresso na tabela 11, é um indicador de quanto o mercado valoriza, em termos salariais, o maior nível educacional dos trabalhadores. Os dados disponíveis mostram que o ganho percentual mais elevado é oferecido para o trabalhador com o segundo grau que consegue concluir o curso superior (mais de 100%); seguido, de longe, pelo adicional auferido pelo ocupado analfabeto que termina a quarta série (menos de 60%). Durante o período analisado, houve um aumento no incentivo para aquele que conclui o segundo grau e para o que termina o terceiro grau, e uma queda desse, nos outros casos.

Tabela 11
Adicional de rendimento, dos ocupados, por grau de escolaridade e gênero
Grande São Paulo

Escolaridade/Anos	(Em %)	
	1988	1995
De analfabeto para até a quarta série		
Total	59	53
Homens	53	57
Mulheres	41	33
Da quarta série para o primeiro grau completo		
Total	43	31
Homens	42	30
Mulheres	54	44
Do primeiro grau completo para o segundo grau completo		
Total	49	53
Homens	52	56
Mulheres	67	65
Do segundo grau completo para o terceiro grau completo		
Total	108	128
Homens	112	139
Mulheres	101	116

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Naturalmente, outros fatores podem influenciar esse adicional, tais como a experiência, o cargo ocupado, as características específicas do mercado de trabalho, etc. Porém, a hipótese aqui assumida, como fazem também Alves e Soares (1996), é de que esses fatores influem mais sobre a distribuição intragraus de escolaridade do que entre graus de escolaridade.

Observa-se também que o incentivo para as mulheres que concluem o primeiro grau e o segundo grau é maior do que o dos homens, com o inverso ocorrendo entre aqueles que terminam o terceiro grau. Ao longo do tempo, no entanto, houve uma diminuição expressiva no estímulo salarial para homens e mulheres do primeiro grupo, e um aumento no caso do último grupo. Isto pode estar mostrando que o mercado tende, cada vez mais, a oferecer maiores ganhos para aqueles que alcançam o nível superior, os quais, em tese, tendem a se encaixar melhor no novo perfil de trabalhador procurado pelas empresas.

Uma questão importante é se os diferenciais de rendimento por gênero estariam relacionados à jornada de trabalho. A tabela 12 mostra que esta jornada é maior para os homens do que para as mulheres, e que ela diminuiu para ambos entre 1988 e 1995: para os primeiros, de 48 para 46 horas, e, para os últimos, de 40 para 39. Além disso, constata-se que, para ambos os grupos, o número de horas médias trabalhadas diminui à medida que cresce o grau de escolaridade.

Se a duração da jornada de trabalho fosse a única explicação possível para a existência do diferencial salarial por gênero, a tese de discriminação das mulheres, no tocante ao rendimento, perderia força. Contudo, os resultados apresentados na tabela 13 mostram que essa não é a única razão, visto que o valor médio das horas trabalhadas pelas mulheres de todos os graus de escolaridade é bastante inferior ao dos homens. Essa disparidade, em 1988, era mais elevada entre os trabalhadores com níveis educacionais baixos (inclui desde analfabetos até aqueles com o primeiro grau completo) e os que concluíram o terceiro grau. Em 1995, no entanto, ela caiu significativamente, em todos os níveis de escolaridade, implicando no aumento da relação percentual entre o rendimento por hora masculino e feminino de 62% para 69%.

Tabela 12
Horas médias trabalhadas
Grande São Paulo

		Escolaridade								
		Total	Analfa-beto	Até a 4ª série	1º grau inc.	1º grau comp.	2º grau inc.	2º grau comp.	3º grau inc.	3º grau comp.
1998	Total	45	47	47	46	45	43	43	40	40
	Homens	48	50	50	48	48	45	45	42	43
	Mulher	40	42	41	43	41	40	40	36	36
1995	Total	43	44	45	44	44	42	42	39	40
	Homens	46	47	48	46	46	44	44	42	44
	Mulher	39	39	39	40	40	39	39	35	36

Fonte: SEP. Convênio SEA DE-DIEESE.

Nota: Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana.

Tabela 13
Rendimento médio real por hora, dos ocupados,
por sexo e grau de instrução
Grande São Paulo

(Em R\$)

		Escolaridade								
		Total	Analfa-beto	Até a 4ª série	1º grau inc.	1º grau comp.	2º grau inc.	2º grau comp.	3º grau inc.	3º grau comp.
1998	Total	5,80	2,30	3,68	3,62	5,44	5,47	8,61	11,26	19,27
	Homens	6,73	2,80	4,36	4,26	6,47	6,60	10,23	13,02	23,24
	Mulher	4,16	1,60	2,30	2,39	3,54	3,83	6,33	8,30	13,79
	M/H	0,62	0,57	0,44	0,50	0,48	0,51	0,52	0,55	0,49
1995	Total	4,47	1,71	2,56	2,58	3,43	3,31	5,39	7,19	13,07
	Homens	5,08	1,96	3,01	2,96	4,01	3,94	6,37	8,39	15,89
	Mulher	3,48	1,30	1,72	1,84	2,47	2,40	4,14	5,49	9,74
	M/H	0,69	0,66	0,57	0,62	0,62	0,61	0,65	0,65	0,61

Fonte: SEP. Convênio SEA DE-DIEESE.

Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de Janeiro de 1996.

Nota: Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana e os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

A tabela 14 mostra dados sobre o adicional de rendimento médio por hora obtido pelo trabalhador que estuda mais, a partir dos quais constata-se que, novamente, ele é bem maior para os ocupados com segundo grau que conseguem concluir o terceiro grau, tendência esta que se acentuou durante o período analisado. A comparação entre homens e mulheres mostra um quadro similar ao exposto pela tabela 11, ou seja, o primeiro grupo tem um ganho percentual maior, em termos relativos, para concluir a quarta série e o terceiro grau, enquanto nos outros casos ocorre o oposto.

Enfim, esta seção demonstrou que as mulheres inseridas no mercado de trabalho são efetivamente discriminadas quanto à remuneração média. Por outro lado, verificou-se que esse mercado sinaliza estímulos salariais para os trabalhadores, de ambos os sexos, com maior escolaridade, principalmente os com diploma universitário.

Tabela 14
Adicional de rendimento por hora, dos ocupados,
por grau de escolaridade e gênero

Grande São Paulo

(Em %)

Escolaridade/Anos	1988	1995
De analfabeto para até a quarta série		
Total	60	50
Homens	56	54
Mulheres	44	32
Da quarta série para o primeiro grau completo		
Total	48	34
Homens	48	33
Mulheres	54	44
Do primeiro grau completo para o segundo grau completo		
Total	58	57
Homens	58	59
Mulheres	79	68
Do segundo grau completo para o terceiro grau completo		
Total	124	142
Homens	127	149
Mulheres	118	135

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

5. CONCLUSÕES

A análise das informações sobre idade, escolaridade, setor de atividade e rendimento dos trabalhadores na Grande São Paulo, no período 1988-1995, mostra que algumas consequências das transformações na base produtiva têm-se feito sentir sobre o mercado de trabalho como um todo, e que elas foram distintas segundo o gênero.

Neste contexto, deve-se destacar, principalmente, o crescimento da presença feminina no total dos ocupados, e, também, o aumento da incorporação de trabalhadores mais experientes e com maior grau de escolaridade, principalmente no caso das mulheres.

Os dados sobre a distribuição dos ocupados por setor de atividade mostraram que, na indústria, a destruição de postos de trabalho afetou homens e mulheres diferentemente: para os primeiros, essa perda foi proporcionalmente maior no ramo moderno e, para as últimas, no ramo tradicional. Concomitantemente a isso, verificou-se que o setor serviços está conseguindo cumprir um papel relevante na criação de empregos, embora eles se caracterizem, em geral, pela baixa qualidade. As informações estratificadas por gênero mostram que os homens aumentaram mais a sua participação no subsetor pessoal, onde a remuneração é mais baixa, e as mulheres, nas atividades terciárias mais modernas, como as do subsetor produtivo e social. Esta evolução, porém, não foi suficiente para alterar o quadro onde a ocupação feminina se concentra de forma predominante em setores onde a qualidade do emprego é menor (indústria tradicional e serviços pessoais).

Quanto ao nível de escolaridade dos ocupados, concluiu-se que na indústria ele aumentou, o que seria de se esperar, dado o novo padrão de seleção de trabalhadores pelas empresas, engendrado pela modernização produtiva. Isto também ocorreu no setor serviços, particularmente nas suas atividades mais modernas. Em ambos os setores, este fenômeno ocorreu de forma mais forte para as mulheres do que para os homens.

Este último fato poderia ser um indício de que as mulheres são mais exigidas quanto ao atributo escolaridade do que os homens. Isto pode ser verdade, mas, como foi colocado no texto, deve-se considerar que, como as empresas pagam melhor aos trabalhadores com maior grau de escolaridade, as mulheres com este atributo são as que mais entram no mercado de trabalho, já que possuem maiores chances de conseguir uma remuneração que compense os custos de deixar de ser dona-de-casa.

Assim, recomenda-se que o governo atue no sentido de melhorar o ensino formal e a educação profissional, procurando adequar os seus conteúdos às novas exigências do mercado de trabalho. Isto é fundamental para que a mão-de-obra esteja apta a desempenhar funções cada vez mais complexas, que exigem mais raciocínio e capacidade de trabalhar em equipe. O domínio, por parte dos trabalhadores de novas tecnologias, principalmente no campo da informática, é essencial, atualmente, para que as empresas consigam aumentar a sua produtividade e tornem-se mais competitivas.

A análise da associação entre escolaridade e remuneração evidenciou que a remuneração média real por hora das mulheres é bastante inferior à dos homens para todos os níveis de escolaridade e, apesar deste diferencial ter se reduzido, esta situação não se alterou de forma muito significativa. Uma explicação para esta diferença salarial pode vir do fato das mulheres trabalharem, em sua maioria, num pequeno elenco de ramos econômicos, onde, além dos salários já serem baixos, o excesso de oferta de mão-de-obra feminina acaba por criar uma pressão para reduzi-los ainda mais. Além disso, a posição hierárquica da mulher nas empresas continua a estar restrita a funções de menor importância e, portanto, com baixa remuneração, embora seja preciso levar em consideração que esta situação está mudando.

Em suma, pode-se dizer que as transformações que têm acontecido na base produtiva não foram neutras, já que afetaram de forma diferenciada os homens e as mulheres ocupadas, não sendo suficiente para reverter o quadro de desigualdade entre os dois grupos e a sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Diante do quadro apresentado acima, o governo tem um papel muito importante na formulação e implementação de políticas públicas de emprego que tanto estimulem setores que ofereçam mais oportunidades de trabalho, quanto possibilite aos trabalhadores o acesso e a manutenção de empregos mais qualificados. No caso das mulheres em especial, apenas isto não basta, pois, como mostram vários estudos,⁴⁹ elas normalmente recebem treinamentos destinados a empregos considerados *de mulher* (secretária, costureira, etc.), que, muitas vezes, são os de menor prestígio. Enfim, deve-se levar em conta que as desigualdades existentes no mercado de trabalho reproduzem, de algum modo, uma desigualdade já existente em outros níveis nas relações sociais. Assim, as ações do governo, e também dos movimentos feministas, têm um papel fundamental para que as mulheres trabalhadoras consigam alcançar uma posição mais igualitária em relação aos homens.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís (1995). *Las transformaciones en el mundo del trabajo; escolaridad y calificación en un contexto de cambio tecnológico*. Boletín Técnico Interamericano de Formación Professional, n. 130, fevereiro-março.
- ALVES, E.L.G.& SOARES, F.V. (1996). *Ocupação e escolaridade; tendências recentes na Grande São Paulo*. Brasília: IPEA (Texto para Discussão n. 428).
- BRUSCHINI, Christina (1994). *O trabalho de mulher brasileira nas décadas recentes*. In: "II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho", Rio de Janeiro: IPEA (Série Seminários nº 7).
- BRUSCHINI, Christina (1995). *Trabalho feminino no Brasil; Avaliação dos Anos 80 e Perspectivas para o Futuro*. In: Seminário "A mulher no mundo do trabalho".
- CEPAL (1990). *Mujer y Nuevas Tecnologías*. In: Série Mujer y Desarrollo nº 6, Santiago, Chile.
- FUNDACÃO SEADE (1996). *Mulheres e Mercado de Trabalho; Participação, Desemprego e Ocupação na Região Metropolitana de São Paulo entre 1987 e 1994*, São Paulo.
- Fundação SEADE (1995). *Educação Formal e Mercado de Trabalho*. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Estudo especial, Suplemento do Boletim da PED, n. 112.
- POSTHUMA, A. e LOMBARDI, M.R. (1996). *Gênero e Exclusão Social no Novo Paradigma Produtivo*. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

* **Autores:** Edgar Luiz Gutierrez Alves (Economista, Coordenador de Emprego e Relações de Trabalho da Diretoria de Política Social do IPEA); Fábio Veras Soares (Técnico de Planejamento e Pesquisa da CERT/DIPOS/IPEA); Bruno Marcus Ferreira Amorim (Bolsista e Técnico de Planejamento e Pesquisa da CERT/DIPOS/IPEA); George Henrique de Moura Cunha (Bolsista do convênio ANPEC/PNPE).

Siglas: IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; DIPOS: Diretoria de Política Social; CERT. Coordenação de Emprego e Relações de Trabalho; ANPEC/PNPE: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia/Programa Nacional de Pesquisa Econômica.

Observações de Rodapé:

40. A precariedade do emprego, nas próximas seções, será definida através da baixa remuneração, como forma de simplificar a análise. Evidentemente, sabe-se que a precarização também envolve, entre outras coisas, a questão da informalidade, etc.
41. A classificação adotada encontra-se em Anexo do livro.
42. Dados da PED - SEADE/DIEESE, que constam no estudo de Alves e Soares (1996), mostram que a remuneração média real da indústria é maior do que no setor serviços, o que é uma evidência da menor qualidade do emprego neste último. Este diferencial, no entanto, vem diminuindo, em virtude do aumento da remuneração nos subsetores mais modernos do setor terciário (serviços produtivos e governo), o que faz com que o argumento exposto no texto tenha de ser relativizado.
43. Dados da PED – SEADE/DIEESE, que constam em Alves e Soares (1996), mostram que a remuneração média real é mais alta, em termos relativos, na indústria moderna, nos serviços produtivos e no governo. O fato da participação feminina ter aumentado os dois primeiros setores demonstra que as mulheres aumentaram seu espaço nos empregos de melhor qualidade.
44. Dados do Convênio Fundação SEADE/DIEESE mostram que os ganhos adicionais para quem consegue alcançar maiores graus de escolaridade, nos setores citados, são significativos, o que, associado às idéias já expostas no texto, reforça a idéia de que a escolaridade está se tornando um atributo fundamental para se obter empregos de melhor qualidade.
45. O referido estudo mostra que, por exemplo, as ocupações relacionadas à direção e planejamento, no ano de 1994, representavam 6,9% do total, dentre os quais mais de dois terços eram exercidos pelos homens.
46. Entende-se por segregação horizontal a concentração da ocupação feminina em poucos setores e atividades. A segregação vertical relaciona-se com a concentração da ocupação em funções com pouco poder de decisão.
47. Ver, também, Bruschini (1994).
48. Para mais detalhes, ver CEPAL (1990).
49. Ver, por exemplo, Posthuma e Lombardi (1996).

Fonte: *Modernização produtiva e relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas* / Fábio Veras Soares, Brunu Marcus Ferreira Amorim, George Henriques de Moura Cunha; organizador Edgar Luiz Gutierrez Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: IPEA, 1997